



## SINDICALISTAS NEGRAS E NEGROS CONTRA A POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA ACREANA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

DOI: 10.48075/ri.v26i2.32520

Ângela Maria Bastos de Albuquerque<sup>1</sup>  
Jorge Fernandes da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa a memória e resistência de mulheres negras e homens negros contra a política de ocupação da Amazônia acreana entre as décadas de 1970 e 1980, a partir de uma revisão bibliográfica consubstanciada em artigos, dissertações, teses etc., com temáticas relacionadas às trajetórias de lideranças sindicais negras no Acre. O objetivo foi compreender os papéis desempenhados por esses(as) militantes nos embates travados entre as famílias e comunidades de seringueiros(as) no Estado do Acre, contra grupos de grileiros e latifundiários que invadiram grandes áreas de florestas para exploração agropecuária. Utilizamos as teorias de Foucault (1972) seguidas das constatações de Martins (2000) e os argumentos de Mbembe (2014) e (2018) sobre a micropolítica relacionada ao biopoder, a soberania, o estado de exceção e a política da morte. A política de ocupação das fronteiras amazônicas impulsionou a devastação da floresta resultando na necessidade de criação das cinco reservas extrativistas federais no Acre. Concluímos que as transformações sociais resultaram em intensos movimentos migratórios da floresta para as cidades acreanas. Nesse contexto, surgiram novos atores sociais nos embates pelo direito à moradia nas áreas periféricas urbanas.

**Palavras-chave:** Política de ocupação; Amazônia acreana; movimentos migratórios; negros(as).

## BLACK AND BLACK TRADE UNIONISTS AGAINST THE POLICY OF OCCUPATION OF THE ACREAN AMAZON IN THE DECADES 1970s AND 1980s

**ABSTRACT:** The article analyzes the memory and resistance of black women and black men against the occupation policy of the Acre Amazon between the 1970s and 1980s, based on a bibliographical review substantiated in articles, dissertations, theses etc., with themes related to trajectories of black union leaders in Acre. The objective was to understand the roles played by these militants in the clashes between families and communities of rubber tappers in the State of Acre, against groups of land grabbers and landowners who invaded large areas of forests for agricultural exploitation. We used the theories of Foucault (1972) followed by the findings of Martins (2000) and the arguments of Mbembe (2014) and (2018) about micropolitics related to biopower, sovereignty, the state of exception and the politics of death. The policy of occupying the Amazon borders led to the devastation of the forest, resulting in the need to create five federal extractive reserves in Acre. We conclude that social

<sup>1</sup> Doutoranda em Letras, Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre, Assessora Pedagógica do Conselho Estadual de Educação do Acre. E-mail: angela.mbb@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Letras, Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre, professor do magistério superior pela UFAC, na área de Ensino e Aprendizagem. E-mail: negrosacre@gmail.com.

transformations resulted in intense migratory movements from the forest to the cities of Acre. In this context, new social actors emerged in struggles over the right to housing in peripheral urban areas.

**Keywords:** Occupation policy; Acre Amazon; migratory movements; black people.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa analisa a participação de líderes sindicais e comunitários negros(as) nos movimentos sociais na luta pela terra contra as invasões e expropriação dos antigos seringais na Amazônia acreana, nas décadas de 1970 e 1980. O principal fio condutor nas discussões e análises foram as formas de resistências à dinâmica de avanço da fronteira agropecuária, tanto na formação dos sindicatos rurais, quanto na constituição de bairros na cidade de Rio Branco. A política de ocupação da Amazônia contou com o fulcro das instituições e organizações regionais criadas pelo regime militar que tinha como principal objetivo transformar a região na maior fronteira territorial com finalidades prioritariamente econômicas. O outro problema admitido como “pano de fundo” é o cenário de destruição da floresta e os conflitos violentos que culminaram nos assassinatos de lideranças de sindicatos rurais contra o poder político-econômico dos latifundiários.

A revisão bibliográfica foi fundamentada em artigos, dissertações e teses, além de documentos legislativos sobre o contexto das resistências de seringueiros(as) nas comunidades da floresta contra as investidas dos grandes empresários que se instalaram na região. Nas discussões e análises utilizamos os posicionamentos de Foucault (1972) em seus debates sobre os elementos antagônicos imbricados nas relações de poder envoltos na luta de classe. Foram inseridas também as constatações de Martins (2000) com a obra “Reforma agrária: o impossível diálogo”, além dos argumentos teóricos de Mbembe (2014) e (2018) sobre a crítica da razão negra e sobre a micropolítica relacionada ao biopoder, a soberania, o estado de exceção e a política da morte.

A trama inicial apresenta o conjunto de ações estrategicamente pensadas para reter o avanço dos grileiros e latifundiários e apresenta como cenário a cidade de Brasília localizada na fronteira com a Bolívia. Após uma breve contextualização dos motivos para implementação da política de ocupação da região amazônica, entra em cena Dercy Teles: uma mulher negra que mantém vivo (em 2024) o legado de seus colegas assassinados nas lutas pela preservação

da floresta no Acre. O desenlace culmina com o resultado das intensas movimentações migratórias das famílias de seringueiros(as) para as regiões citadinas urbanizadas e o surgimento de novos(as) atores(as) sociais nas lutas pelo direito à terra e moradia.

## A LUTA DE NEGROS E NEGRAS CONTRA A EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS NA AMAZÔNIA ACREANA

A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (Foucault, 1972, p. 136).

A gênese da luta de negros e negras contra a expropriação das terras na Amazônia acreana aconteceu aproximadamente três décadas após o fim da segunda guerra mundial. Naquele contexto, mais de trinta mil seringueiros(as) a maioria pretos e pardos<sup>3</sup>, foram abandonados(as) na floresta amazônica pelos seringalistas donos dos seringais, quando a borracha deixou de ser economicamente atrativa. Com as relações de poder modificadas, em conformidade a Foucault (1972) na citação de abertura desta seção, as possibilidades de estratégias seguiam as seguintes direções: a) se mudarem para uma das cidades acreanas mais próximas ou para capital Rio Branco; b) reunir recursos para retornarem às suas famílias no nordeste; c) ou permanecer nos seringais abandonados e sobreviver da caça, pesca além do trabalho extrativista. Embora todas as opções tenham sido ativadas, a grande maioria permaneceu na floresta pela ausência de condições para migrarem para outro lugar.

A presença de mulheres negras e homens negros no Acre foi invisibilizada na historiografia desse estado amazônico. Ao analisar a obra de Leandro Tocantins sobre *A formação histórica do Acre*, Rocha (2011) denunciou o silêncio desse autor sobre “a presença negra nas dinâmicas dos deslocamentos de mulheres e homens para essa região [...] como parte de uma retórica de ‘espírito do tempo’” (Rocha, 2011, p. 24).

Na presente pesquisa o enredo tem sua gênese na década de 1970 no período de implementação do projeto nacional de ocupação da Amazônia e as trágicas consequências no município de Brasiléia, no Estado do Acre, envolvendo inicialmente três pessoas negras nos embates contra grileiros e os grandes agropecuaristas que adentravam na Amazônia acreana.

---

<sup>3</sup> No censo de 1960 a população acreana contava com 7.772 pessoas de cor preta, 102.126 na cor parda e 48.831 na cor branca.

O ano localizado por Albuquerque e Ishii (2014, p. 198) foi 1975, quando “um grupo de seringueiros, reunidos sob o chamado e a mobilização de Valdiza Alencar, fundou o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Brasiléia articulando trabalhadores de seringueiras da Amazônia brasileira, boliviana e peruana”. Valdiza Alencar de Souza foi uma mulher negra de cor parda, que não aceitou a expropriação das terras na floresta pelos recém-chegados agropecuaristas.

Aquele período foi lembrado por Martins (2023) como tempos de desalento, porque os seringueiros não tinham consciência de nenhum direito e se encontravam fragilizados diante das violentas investidas resultantes das consecutivas expulsões de suas residências/colocações localizadas nos lugares de floresta. Foi nesse contexto que Valdiza Alencar estava grávida de 8 meses e liderou a iniciativa de criar o primeiro (STR) na cidade de Brasiléia no Estado do Acre. À época, seu marido se encontrava enfermo, porém, ouvira pelo rádio que João Maia<sup>4</sup> estava no Acre para criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na cidade de Rio Branco. Conhecedora do currículo e das habilidades do recém-chegado sindicalista, Martins (2023) enfatiza que Valdiza Alencar andou a pé 80 km do lugar onde residia, até a cidade de Brasileia, para iniciar outra viagem de 231 km em um ônibus com destino à capital do Estado do Acre. Ao chegar na cidade de Rio Branco se encontrou com João Maia e deu início às tratativas para criação de um sindicato rural na cidade de Brasileia (Martins, 2023).

Os registros apontam que antes da primeira reunião com João Maia e os seringueiros, “ao chegar de Rio Branco, Valdiza Alencar saiu percorrendo as redondezas, de colocação em colocação, montada no lombo de uma égua, fazendo o convite para a referida reunião” (Cruz, 2012, p. 35). Consta na referida fonte, que a reunião aconteceu com a presença do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, João Maia e o advogado Pedro Marques.

Na comissão para escolha das lideranças do recém-criado (STR) se encontravam presentes, “o quieto Wilson Pinheiro e o desconhecido Chico Mendes que ajudaram na mobilização e se tornaram membros da diretoria. Dona Valdiza ostentava a função de delegada sindical na sua área” (Martins, 2023, p. 33). A escolha de Elias Rosendo, um homem de cor preta, para ocupar a presidência do sindicato se deu por sua boa fluência oratória, além de ser também “um seringueiro e poeta negro, que cumpriria um mandato de dois anos e, em

---

<sup>4</sup> João Maia era Sindicalista, Filósofo, Político, com habilidades técnicas em criação jurídica de sindicatos rurais amplamente conhecido pelas comunidades acreanas por defender os seringueiros e as populações extrativistas. [Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 26, n. 2, 2024. e-ISSN: 1982-3010.](#)

1977, passaria o cargo a Wilson Pinheiro”, outro homem negro de cor preta membro da diretoria do (STR), (Albuquerque; Ishii, 2014, p. 198).

Elias Rosendo foi um maranhense que chegou ao Acre em 1951 para cortar seringa, posteriormente, no período de 1967 até 1975 passou a residir na cidade de Rio Branco e apesar de ter estudado somente até o segundo ano primário, se tornou escritor autodidata de literatura de cordel, e entre outras habilidades políticas, foi também candidato a vice-governador pelo Partido dos Trabalhadores - PT/Acre em 1982. Seu maior desafio ao aceitar a presidência do (STR) foi conciliar sua agenda política de militante extrativista e escritor autodidata com as demandas do recém-inaugurado sindicato rural. Por esses motivos, Martins, (2023) constatou que “Elias Rosendo atrapalhou-se com suas múltiplas atividades, sendo substituído pelo primeiro grande líder do movimento dos povos da floresta, Wilson Pinheiro” (Martins, 2023, p. 33).

Esse então desconhecido seringueiro negro - Wilson Pinheiro – nasceu em 15 de fevereiro de 1933 no município de Careiro, no Estado do Amazonas e passou a atuar como Presidente do Sindicato Rural de Brasília em 1977. Nesse ano, o Dossiê *Rebeliões Motins e Negociações - DRMN* (2010, p. 125-126) destaca que Wilson Pinheiro “liderou o ‘Mutirão contra a Jagunçada’, movimento que reuniu centenas de trabalhadores que marcharam contra jagunços armados que ameaçavam os posseiros da região amazônica”. Esse embate resultou na apreensão de “mais de 20 rifles automáticos dos jagunços e entregaram ao Exército em Rio Branco” (DRMN, 2010, p. 125-126).

Nas palavras de Gualberto (2020, p. 1) em 1979 Wilson Pinheiro liderou novamente uma “comissão de trabalhadores rurais e índios do Acre na busca pelo fim do conflito entre a etnia Apurinã e os assentados pelo INCRA em território indígena”. Essas ações oportunizaram ampla visibilidade às habilidades de liderança de Wilson Pinheiro, principalmente após o movimento de pacificação, que gerou “o embrião que, mais tarde, se transformou na ‘Aliança dos Povos da Floresta’” (Gualberto, 2020, p. 1).

Ao registrar o desenrolar dos acontecimentos resultantes dos embates em defesa dos seringueiros, o DRMN (2010, p.127) aponta que os latifundiários da região se viram “acuados pela liderança de Pinheiro [e] mandaram matar o seringueiro na noite de 21 de julho de 1980”, por volta de 20h30min, quando Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia e presidente da Comissão Municipal do PT naquela cidade

“foi assassinado pelas costas, quando se encontrava reunido com outros trabalhadores na sede do sindicato” (DRMN, 2010, p. 127). As investigações sobre aquele acontecimento não tiveram nenhum desfecho sobre quem executou, nem quem foi o mandante do assassinato. Porém, no desenrolar inicial, um dos suspeitos da morte de Wilson Pinheiro conhecido como Nilão, foi morto como retaliação, por um suposto grupo de seringueiros liderados por Elias Rosendo - primeiro presidente do (STR) de Brasiléia.

O resultado foi a prisão dos 11 seringueiros envolvidos naquela vingança pelo assassinato de Wilson Pinheiro, entretanto, Elias Rosendo era considerado o líder do movimento pela influência que detinha sobre o grupo e por ter organizado a mobilização que resultou na morte do senhor Nilo/Nilão. Após algumas semanas, Elias Rosendo figurava nas páginas policiais como foragido e se entregou ao delegado da cidade de Brasiléia, sendo transferido para a capital Rio Branco, juntamente com os outros 11 companheiros. Até os dias atuais (2024) nem a morte de Wilson Pinheiro, nem a de Nilão tiveram qualquer julgamento nem condenações, mas, o assassinato do representante dos seringueiros é lembrado como mártir na luta pela defesa das famílias e comunidades que dependem da floresta para sobrevivência.

Em homenagem ao negro sindicalista Wilson Pinheiro, em 1999, o então governador do PT no Acre, Jorge Viana criou o Polo Agroflorestal Wilson de Souza Pinheiro, localizado na Rodovia Transacreaana, BR 317, regional Floresta Sul, no município de Rio Branco no Estado do Acre no dia 21 de dezembro de 2005. No mesmo local também foi construída uma escola estadual que atende às duas etapas do ensino fundamental, tendo como patrono o ex-sindicalista Wilson Pinheiro.

No período da festa do Centenário da Revolução Acreana, outro governador do PT, Tião Viana, inaugurou na cidade de Brasiléia, “em 2008, o Memorial Wilson Pinheiro, em homenagem a história de luta do líder” (Gualberto, 2020, p. 3). Dois anos antes dessa homenagem, o sindicalista negro já havia sido homenageado ao ter seu nome inscrito na inauguração da Ponte que liga a cidade de Brasiléia à cidade de Cobija, na Bolívia. O surgimento de uma nova consciência negra estimulada pela Lei Federal 10.639/2003 fez surgir no Acre a necessidade de retomada das discussões sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres, negras e negros nas lutas contra grileiros e latifundiários que invadiram as áreas de floresta estimulados pela política de ocupação da Amazônia (acreaana) nas décadas de 1970 e 1980 (Brasil, 2003).

A luta de negros e negras contra a expropriação das terras ocupadas por seringueiros(as) e ribeirinhos(as) na Amazônia (acreana) no período estudado, continua até a contemporaneidade de acordo com as riquezas minerais ou vegetais encontrados em lugares específicos. Nessas situações as ações de poderosos empresários impulsionam as comunidades (seringueiros(as), ribeirinhos(as) e indígenas) a compulsoriamente abandonarem suas terras para exploração de madeira, de ouro ou para criação de gado. Fica evidente, que o poder não emerge de forças da natureza pois ele “não se encontra somente nas instâncias superiores” mais que isso, o poder “penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (Foucault, 1972, p. 42).

### **POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS E A SUBJETIVIDADE ECONÔMICA CONDUZIDA PELO ESTADO BRASILEIRO**

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (Foucault, 1972, p. 103).

A primeira política de ocupação da Amazônia aconteceu nos séculos XVII e XVIII quando colonizadores portugueses visavam a ocupação das fronteiras do Brasil. A segunda ocupação generalizada aconteceu na última metade do século XIX, quando pessoas de todos os lugares buscavam riquezas minerais, extrativistas além das chamadas drogas do sertão<sup>5</sup>. Sobre a terceira onda, constam nos registros de Costa (1997, p. 65) que “a geopolítica portuguesa, agora adaptada às condições do presente, reaparece com toda força nas políticas territoriais do regime militar”. A iniciativa de ocupação da Amazônia brasileira após a Segunda Guerra Mundial foi implementada pela criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, instalada no dia 30 de novembro de 1966 e pela retomada das finalidades do Banco da Amazônia - BASA, que fora criado no dia 9 de julho de 1942 para atender às demandas de logísticas cambiais da produção do látex para garantir a produção de pneus a serem usados pelos aliados no *front* da Segunda Guerra Mundial (Costa, 1997).

---

<sup>5</sup> Nesse período, a região do atual Estado do Acre pertencia à Bolívia, sendo comprada após a Revolução Acreana em 1903.

Essas duas instituições garantiram inicialmente os suportes para aquisição de investimentos logísticos e de projetos agrícolas, pecuários e industriais na região. Para além dessas vantagens, os empresários interessados na proposta de investir na Amazônia poderiam “obter isenção de até 100% do imposto de renda, por 15 anos, além de outros benefícios fiscais específicos. Com isso, a estratégia do governo era canalizar investimentos preferencialmente a projetos agrícolas, pecuários e industriais na região” (Costa, 1997, p. 68). Aquele programa de desenvolvimento da Amazônia pela ocupação empresarial foi consolidado com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, no dia 6 de junho de 1957. Essa instituição assumiu a função de “coordenar os investimentos industriais no ‘pólo industrial’ de Manaus, à custa também de incentivos fiscais” (Costa, 1997, p. 68).

Essas constatações sobre as três fases distintas de ocupação da Amazônia encontram respaldo nas assertivas de Foucault, (1972) ao registrar na citação de abertura desta seção que, o poder é exercido em rede, em cadeia, na medida em que os homens circulam, exercem-no e o transmitem por serem o centro dessa transmissão. Após a década de 1960 Morais (2016, p. 129) afirma que os grandes latifundiários “vieram como revoadas de jacus, compraram os seringais, expulsando milhares de seringueiros e desestabilizando o frágil equilíbrio socioeconômico apoiado no extrativismo da borracha”. O resultado da ocupação desordenada da floresta acreana, foi a expulsão das famílias dos seringueiros que permaneceram nos antigos seringais, após a Segunda Guerra Mundial. Essa foi a gênese das enormes áreas desmatadas destinadas à criação de gado.

Nesse período, diversas comunidades indígenas foram dizimadas para expropriação das riquezas minerais, extrativistas e para as derrubadas das árvores visando a venda da madeira e a abertura de campos destinados ao comércio agropecuário. A inscrição de novas relações espaciais equivale “à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias” (Mbembe, 2018, p. 39).

A implementação dessa política desconsiderou a presença das milhares de famílias e comunidades que viviam na/da floresta. As investidas envolviam também a devastação da floresta pelas derrubadas de incontáveis árvores que tombavam ao ritmo dos assassinatos dos que resistiam àquela destruição da natureza. Com a inevitável expansão fronteiriça, famílias inteiras foram submetidas à destruição material dos poucos bens que lhes restavam junto com

suas comunidades, como se tivessem sido julgados, condenados e descartados, supérfluos “entregues ao abandono e sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital, tornando-se dispensáveis e até mesmo, convertendo-se em vidas matáveis, exatamente por se tornarem inúteis” (Mbembe, 2014, p. 35).

Eis as razões do assassinato de Wilson Pinheiro, seu legado ao participar da criação do primeiro (STR) em Brasiléia, e ter sido o segundo presidente dessa instituição, abriu o caminho para inauguração de uma classe composta por outros sindicatos rurais no Acre, entre esses, o sindicato rural de Xapuri, criado em 1977, onze anos antes do assassinato de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988 por motivos de resistências às devastações ambientalistas. A segunda presidenta desse sindicato [de Xapuri] no início da década de 1980, foi Dercy Teles, uma mulher negra que continua até os dias atuais (2024) lutando pelo direito à terra nas áreas remanescentes que foram transformadas em Reservas Extrativistas - RESEX, em particular a reserva Chico Mendes onde essa militante reside.

Mulheres negras a exemplo de Valdiza Alencar, que protagonizou a criação do primeiro (STR) no município de Brasiléia e Dercy Teles que assumiu a presidência do (STR) no município de Xapuri, resistiram nas frentes de lutas em um período em que “a verdade se mostrava nua; as [elites políticas] queriam-na vestida” (Fanon, 1979, p. 3).

### **DERCY TELES: UMA MULHER NEGRA QUE MANTÉM VIVO O LEGADO DOS QUE MORRERAM NAS LUTAS EM DEFESA DA FLORESTA NO ACRE**

Dercy teles é uma acreana, filha de um negro piauiense, do município de Regeneração que migrou para o Acre na década de 1940, no período da Segunda Guerra Mundial. Seu pai se casou com uma mulher acreana de descendência indígena. Na ocasião da morte de seu pai, em 1 de novembro de 1974, Dercy tinha 20 anos de idade e a família residia no Seringal Boa Vista na Colocação Limoeiro. No ano de 2024 Dercy completa 70 anos de idade no dia 28 de junho e continua residindo no mesmo lugar até os dias atuais (2024).

O protagonismo dessa militante política se deu por seu envolvimento com as Comunidades Eclesiásticas de Base - CEBs, na gênese de sua militância política, quando construiu a consciência social pela necessidade de lutar para não perder a terra onde residia na floresta da Amazônia acreana. Dercy Teles foi a segunda presidenta do (STR) em Xapuri, também foi “a primeira mulher a assumir a presidência de um Sindicato de Trabalhadores

Rurais na Amazônia” (Souza, 2011, p. 231). Essas ações aconteceram entre os anos de 1981 e 1982 em um período em que toda a região da Amazônia brasileira, “passava a ser conhecida mundialmente pela coragem dos povos da floresta: seringueiros, indígenas, ribeirinhos e castanheiros” (Santana, 2023, p. 4).

No período de sua gestão no (STR) em Xapuri, Dercy teve Chico Mendes como secretário em uma época em que Ele ainda não era conhecido, mas se tornaria em 1983, o quarto presidente daquele sindicato e posteriormente, a maior referência internacional na área ambientalista em defesa das comunidades da floresta Amazônica. Após o assassinato de Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988, Dercy continuou exercendo sua influência sindicalista em outros lugares, dentro e fora do Estado do Acre. Foi convidada para dar assessoria na formação de novos sindicatos rurais, fazer palestras de orientação sobre os direitos dos seringueiros, além de conceder entrevistas relacionadas às atividades inerentes à luta social e política.

A militância de Dercy Teles desde seus embates e resistências como colega de Wilson Pinheiro e Chico Mendes, se estendeu até a segunda década do século XXI. Sua atuação foi resumida da seguinte forma na pesquisa de Souza (2011):

De 1986 a 1990, a convite do Movimento Sindical e do Movimento de Educação de Base, da Igreja Católica, [Dercy] foi para o município de Carauari - AM, organizar o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS. De 1991 a 1994 atuou na Casa do Seringueiro, da Fundação Cultural do Acre. De 1994 a 1997 atuou na Cooperativa Agroextrativista de Xapuri - CAEX. Em 1997 volta a morar no Seringal Boa Vista - Colocação Pimenteira. Foi eleita, novamente, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri em 2007 e reeleita em 2009. A sindicalista é a atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri [2011] cargo já exercido por várias vezes (Souza, 2011, p. 231).

Dercy Teles exerceu três mandatos como presidenta do (SRT) em Xapuri, além de ter atuado como monitora dentro do grupo de evangelização da Igreja Católica influenciada pela Teologia da Libertação que se disseminou em outros municípios acreanos nas décadas de 1970 e 1980. O principal motivo da mediação das CEBs em toda essa trama de lutas, de busca por direitos sociais, se deu fundamentalmente por todo esse movimento acontecer sob os governos que estavam no poder, pelo golpe militar iniciado em 1964 e finalizado em 1984. Era necessário organizar associações e realizar reuniões em lugares ocultos das vistas e do conhecimento dos representantes dos governos militares no Acre, posto que não toleravam insurgências nem afrontas ao poder público.

Similar a outras pessoas negras na militância política no Acre, essa sindicalista não teve muitas oportunidades de estudar e concluiu o Ensino Médio através do curso supletivo no início do século XXI. Entretanto, apesar de não ter construído uma boa trajetória na educação escolar formal conquistou elevado capital social pelos conhecimentos adquiridos em seus envolvimento na luta pela terra através das CEBs, em sua militância como presidente do (STR) e principalmente nas lutas e embates ocorridos antes e depois da morte de Wilson Pinheiro e de Chico Mendes, seus ex-companheiros de lutas.

O município de Xapuri, onde Dercy continua residindo [em 2024] é limítrofe com o município de Brasiléia, fato que possibilitou o intenso contato entre Dercy Teles e Chico Mendes com o grupo de seringueiros que vivenciou o assassinato de Wilson Pinheiro em 21 de julho de 1980. Embora tenham atuado em municípios vizinhos, tanto Wilson Pinheiro quanto Chico Mendes foram companheiros na luta pela terra, enquanto Dercy ainda era adolescente. Nas palavras de Bomfim (2002) Wilson Pinheiro foi “um negro de estatura média, uma pessoa muito simpática e tinha o mesmo carisma que o Chico Mendes, de aglutinar pessoas, de conquistar a confiança dos trabalhadores, uma pessoa simples e muito responsável” (Bomfim, 2022, p. 6).

Desde a atuação de Valdiza, uma mulher negra de cor parda que protagonizou a criação do primeiro (STR) na cidade de Brasiléia no Acre, em 21 de dezembro de 1975, pelo menos 3 pessoas negras de cor preta atuaram nas lideranças dos recém criados sindicatos: o primeiro foi Elias Rosendo em Brasiléia, o segundo Wilson Pinheiro, assassinado por ter enfrentado as corporações que estavam expulsando os seringueiros de suas terras, a terceira foi Dercy Teles que atuou até 2012 na presidência do (STR) no município de Xapuri.

Todas essas lideranças negras em associações e sindicatos rurais analisadas lembram a necessidade de continuidade da luta pelos direitos, pela igualdade de oportunidades e pela equidade e justiça social. Restam as reflexões sobre a relevância da presença de negros e negras no Acre, nas formações dos bairros na cidade de Rio Branco nos idos das décadas de 1970 e 1980. Nesse período, outro negro, João Eduardo do Nascimento, também foi assassinado por tomar a liderança na distribuição equitativa dos lotes de terras para as famílias de seringueiros(as) que migravam para a cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre.

Para compreender esse movimento de pessoas negras nas lutas contra a destruição da floresta e pelo direito à terra nas cidades, Souza (2011) afirma que não se tratava de um movimento negro organizado nos moldes que conhecemos desde que foi criado o Movimento Negro Unificado, em 12 de junho de 1978 em São Paulo. Entretanto, o número de negras e negros no interior dos seringais, nas colocações e no movimento dos seringueiros no Acre, era bastante significativo. Em uma entrevista realizada com um dos militantes que conheciam esse grupo de sindicalistas em Brasiléia e Xapuri, Souza (2011) registrou o seguinte:

A Dercy mesmo é negra. Os irmãos dela que também participavam do movimento são negros. [...] Os Monteiros são negros. O Chico Marinho, o Sabá Marinho são negros. Então, havia muitos negros, porque os negros tinham uma presença muito forte na indústria do seringal, no extrativismo. Só que eles foram mandados para cá, tanto negros como brancos e índios, que aderiram ou que foram obrigados a aderir à empresa do seringal, eles tinham aquela condição estratégica do seringal, e que era uma imposição do modelo de exploração extrativista da borracha, que era isolá-los nas colocações de seringas. Então era impossível fazer um movimento só de negro, só de índio ou só de mulheres (Souza, 2011, p. 206).

Dercy Teles não é militante do Movimento Negro Unificado que iniciou a gestão no Acre, em 2019. Essa mulher negra também não se envolve em causas feministas, entretanto, continua sua luta contra o desmatamento da Amazônia e pelo uso adequado das 22 Unidades de Conservações Ambientais - UCS, representadas pelas Reservas Extrativistas - RESEX conquistadas na Amazônia acreana com o sangue de muitos seringueiros(as) assassinados(as) no exercício de defesa da floresta.

Somente após vários assassinatos de pessoas negras, líderes sindicais e comunitários, as atenções nacional e internacional sobre a Amazônia ganharam os holofotes. Esse contexto foi descrito por Souza (2011) ao registrar uma entrevista com Osmarino Amâncio no ano 2002 contextualizando a questão, no âmbito estratégico dos conflitos gerados:

Em [19]80 foi começando, tombou Wilson Pinheiro, Jesus Matias, Ivair, Raimundo Calado, Zé Pretinho, e aí vai uma lista. Quando a gente viu só neguinho caindo, aí começamos em [19]80, [19]81, [19]82, mudar a discussão e dizer: - olha! nós precisamos fazer com que o que está acontecendo aqui seja ouvido lá fora. O ano de 1983, foi só de reuniões sobre e como a gente ia fazer isto. Mas nesta época do começo dos anos [19]80 chegaram aqui os ambientalistas, os ecologistas (...) (Souza, 2011, p. 206).

Inegavelmente, o (STR) foi a instituição que criou nos seringueiros, a esperança de reverter as investidas dos empresários que expulsavam as famílias e destruíam a floresta para

o empreendimento agropecuário. As 22 Unidades de Conservação criadas no Acre, certamente é resultado dos embates de militantes de todas as tonalidades de cores, que juntamente com as mulheres negras e homens negros(as) lutaram para não acontecer uma devastação pior que as que já ocorreram.

Os fenômenos identificados na expropriação da floresta amazônica desencadearam novos eventos ocorridos nas cidades acreanas a partir das lideranças de outros atores negros, corroborando as assertivas encontradas em Foucault (1972, p. 136) ao afirmar que “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de "baixo" e se distribua estrategicamente”. A resistência e o empoderamento de negras e negros nos (STRs) resultou em sua organização “frente a política global do poder [com] revides locais, contra-ataques, defesas ativas e às vezes preventivas” (Foucault, 1972, p. 44).

Os embates empreendidos por João Eduardo, Dercy Teles, entre outros(as) que continuam reivindicando direito à terra nas cidades da Amazônia acreana, emergem da mesma consciência de classe construída nas lutas contra a expropriação da floresta, porém, com finalidades distintas, direcionadas aos direitos sociais de infraestrutura urbana de saneamento básico, segurança, moradia, emprego e escolarização.

Dentre todos os negros e negras registrados na presente pesquisa, apenas Dercy Teles continua viva e mantém o legado dos que morreram nas lutas em defesa da floresta no Acre. Ela é o resultado de um movimento político-sindical que combateu “todos os controles e coerções que reproduzem o mesmo poder em todos os lugares, esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado” (Foucault, 1972, p. 46).

## **TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS RESULTANTES DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DA FLORESTA PARA AS CIDADES**

O poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder (FOUCAULT, 1972, p. 80).

Como as ocupações eram constantes e intensas nas décadas de 1970 e 1980, foi inevitável o grande êxodo das milhares de famílias expulsas dos seringais para as cidades em busca de um lote de terra para moradia. Antes da chegada dos grandes empresários, grupos

compostos por grileiros ameaçavam e expulsavam as famílias dos seringueiros que residiam nos lugares de floresta. O objetivo dos atravessadores era intermediar a venda das terras para os grandes latifundiários. Após invadirem as terras, ofertavam preços irrisórios para as famílias de seringueiros ao passo que vendiam por maiores valores aos recém-chegados empresários que instalavam seus maquinários para iniciar a abertura das clareiras no interior da floresta para criação de gado.

Ao tempo que analisa o papel do intermediário (grileiro) nas questões agrárias, Martins (2000, p. 41) compreende que esses também são forasteiros “mais sem direitos do que sem-terra e é o caso, também, dos pequenos agricultores vitimados pelo minifúndio”. Nessa compreensão, há um embate entre grupos oprimidos na tentativa de garantir alguma vantagem sobre os inevitáveis resultados das políticas de ocupação da Amazônia. Aquela política desestabilizou a organização social das famílias e comunidades da floresta. Produziu conflitos de classes divergentes e exacerbou o caráter explorador das relações produtivas ampliando “a relação que existe entre o poder e a luta, em particular a luta de classes” (Foucault, 1972, p. 147).

Ao se analisar esses movimentos migratórios resultantes de relevantes transformações sociais, faz-se necessário levar em conta as peculiaridades inerentes ao processo de ocupação implementado pelo Governo Federal para Amazônia. Nas palavras de Fernandes (2015, p. 30), “em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo”. Compreender essa constatação implica na necessidade de constante atualização da produção teórica “por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade” (Fernandes, 2015, p. 30).

A questão agrária para Fernandes (2015, p. 30) “é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores”. Na Amazônia, esse movimento apresenta características distintas, porém, com resultados “inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção” (Fernandes, 2015, p. 30). Em cada local ou região, essas relações de produção se apresentam impregnadas de interesses específicos de grupos opostos. Os ex-seringueiros e suas famílias se encontravam no centro do “cabo de guerra” que se formou entre os interesses dos grileiros, de um lado e, dos pequenos e grandes latifundiários do outro. O resultado foi a

intensa migração compulsória dos habitantes da floresta para as periferias das cidades na Amazônia acreana, com destaque para a cidade de Rio Branco.

Após as migrações para as áreas urbanizadas, teve início outro processo de ocupação das áreas periféricas nas cidades acreanas resultando no assassinato de outro homem negro: João Eduardo. Esse homem negro liderou a distribuição de lotes na periferia da cidade de Rio Branco e insistiu na repartição equânime das terras para cada família, por esse motivo, enfrentou grupos de grileiros que se aproveitavam do contexto de ocupação para se apropriarem do maior número possível de lotes visando comercialização futura.

Ao migrar para a cidade de Rio Branco, João Eduardo mantinha a família, realizando trabalhos de pedreiro e carpinteiro. Foi um dos muitos operários contratados para trabalhar na construção da Ponte Coronel Sebastião Dantas, na Administração do Governador Wanderley Dantas na década de 1970. Esse governador fora chancelado pelo Regime Ditatorial Militar ao tempo que redirecionou a produção local que em sua maior parte era baseada no extrativismo vegetal e doravante passou a priorizar a agropecuária e o latifúndio pela criação de programas de assistência à nova reorganização econômica. Foi nesse contexto político que migrantes sulinos foram incentivados a comprar terras com preços baixíssimos no Estado do Acre (Ronaltti, 2010).

O assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Brasília Wilson Pinheiro, aconteceu em 21 de julho de 1980 e sete meses após, na capital do Acre, na cidade de Rio Branco, novamente outro líder comunitário negro, João Eduardo do Nascimento, foi assassinado no dia 18 de fevereiro de 1981. Em que difere o assassinato do negro Wilson Pinheiro para João Eduardo? Era o fato de o primeiro pertencer às frentes de lutas contra os sulistas em áreas de floresta. O segundo ocupava a vanguarda nos embates pelos lotes de terras na periferia da cidade de Rio Branco, e por ocupar posição estratégica de liderança comunitária, além de insistir na divisão e distribuição equitativa de apenas um único lote para cada família, foi assassinado pelas mãos de grupos ambiciosos que almejavam se apropriar de maiores espaços, em lugares privilegiados no conjunto das terras que estavam sendo divididas.

O legado desse homem negro assassinado em nome da justiça na distribuição dos lotes de terras, foi registrado nas identificações dos três bairros que surgiram no local do seu martírio. O lugar do assassinato resultante da disputa foi institucionalizado pela câmara de

vereadores da cidade de Rio Branco como Bairro João Eduardo I, com a ampliação das ocupações formaram adicionalmente os bairros vizinhos, João Eduardo II e III. Esses três bairros na cidade de Rio Branco permanecem (em 2024) como legados das lutas e estão ocupados em sua maioria por descendentes das famílias expulsas de suas residências nas florestas nas décadas de 1970 e 1980.

As reflexões encontradas em Mbembe (2018, p. 5) evidenciam o conceito de Estado enquanto protagonista de uma espécie de necropolítica estrategicamente pensada e planejada pelo poder e pela “capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. Não é por acaso que após 42 anos do assassinato de João Eduardo e Wilson Pinheiro, os bairros que trazem as homenagens registradas em seus nomes, tornaram-se também lugares dominados por facções rivais que seduzem crianças e jovens a enveredarem por caminhos tortuosos, induzindo-os ao enfrentamento com as forças policiais e judiciais do Estado. O poder repressivo estatal mencionado por Mbembe atua com mão forte nos lugares “em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a ‘paz’ tende a assumir o rosto de uma ‘guerra sem fim” (Mbembe, 2018, p. 32-33).

Ainda que parte desses bairros estejam dominados por facções, lembramos das palavras de Foucault, (1972, p. 80) ao asseverar que “o poder [político e econômico] em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo”. No contexto contemporâneo, desde 2019 o Movimento Negro Unificado na cidade de Rio Branco atua politicamente em favor das famílias residentes nesses bairros. Esse movimento é ciente que “cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder” (Foucault, 1972, p. 80).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos neste estudo, elementos constituintes da resistência de mulheres negras e homens negros, contra a política de ocupação da Amazônia acreana, após a implantação da frente agropecuária nas fronteiras amazônicas, pelo ingresso de pequenos e grandes latifundiários que expulsaram famílias e comunidades de seringueiros obrigando-os a migraram compulsoriamente para áreas urbanizadas das cidades acreanas. Os intensos

movimentos sociais foram acirrados e se agravaram com a criação dos primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), inicialmente na cidade de Brasiléia no Estado do Acre e, posteriormente por outras cidades que enfrentavam os mesmos problemas nas décadas de 1970 e 1980.

O sindicato rural enquanto instituição aglutinadora das comunidades foi o palco onde negros e negras, juntamente com pessoas de outras tonalidades de cores, lutaram contra a expropriação das terras na região da Amazônia acreana. Os movimentos de resistência resultaram no assassinato de sindicalistas, a exemplo de Wilson Pinheiro, de ambientalistas na pessoa de Chico Mendes e de líderes comunitários similares a João Eduardo, assassinado no *front* de batalha na busca pela justiça na distribuição equânime das terras ocupadas nas periferias da cidade de Rio Branco. A continuidade dessa trama em áreas urbanas, foi o resultado das transformações sociais resultantes dos movimentos das famílias e comunidades de seringueiros(as) que migraram da floresta para os espaços citadinos.

Mesmo após os assassinatos de variados líderes sindicais e comunitários, Dercy Teles, uma mulher negra que empreendeu o combate a partir da década de 1980 em diante, continua lutando até os dias atuais (2024) e mantém em relevo o legado dos militantes negros que tombaram em jazigos nas lutas pela defesa da floresta no Acre. Ficou evidente nas análises e discussões, que a política de ocupação das fronteiras amazônicas estava impregnada de subjetividades econômicas conduzida pelo Estado brasileiro na criação de narrativas de proteção das fronteiras, enquanto o elemento fulcral subjazia nos hercúleos investimentos de destruição da floresta para abertura de pastos com objetivos de atender setores econômicos agropecuaristas.

Compreendemos que essa trama ainda permanece em andamento não apenas pelos embates empreendidos por Dercy Teles, mas principalmente pelas mortes de sindicalistas a exemplo de Wilson Pinheiro que sequer foi a julgamento, evidenciando o contexto repressivo dos governos militares da época. Além disso havia os interesses das classes oligárquicas políticas e da burguesia local que se aproveitou das condições de expropriações das terras dos seringueiros para também se apropriarem das áreas de floresta em cumplicidade aos pequenos e grandes latifundiários que migraram para essa região.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. R. de; ISHII R. A. Cultura e natureza, arte e política na Amazônia acreana. *Fragmentos de cultura, Goiânia*, v. 24, n. 2, p. 195-210, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/3304/19172014>. Acesso: 14 agosto de 2023.
- BOMFIM, A. M. do; OLIVEIRA, T. da S.; SOUZA, J. R. de. A efervescência social e política contribuiu para que esses dois grupos participassem ativamente na criação do Partido dos Trabalhadores - PT, no Acre no ano de 1980 (*GPTEEA do IFRJ, Campus Nilópolis*, V.20, nº 43, (setembro-dezembro) 2022).
- BRASIL, *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" Brasília: 2003. Acesso em: 26 junho de 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)
- COSTA, W. M. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. 7ª ed. Contexto. São Paulo: 1997. 83 p.
- CRUZ, T. A. *Movimento de Mulheres Camponesas do Acre: 25 anos de organização e lutas*. Universidade Federal do Acre. Pesquisa realizada com recursos da Chamada 32/2012 de CNPq, MDA e SPM. Ano 2012.
- DRMN, Dossiê Rebeliões Motins e negociações. *Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. Centro Sérgio Buarque de Holanda Junho de 2010. Disponível:<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revistaperseu/article/view/194/156>. Acesso: 13 agosto de 2023.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Trad.: José Laurênio de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FERNANDES, B. M. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: Ramos F.; Eraldo. S. et.al *Estado, políticas públicas e território*. 1 ed. São Paulo: outras expressões, 2015, p.280.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. [Dispositivo online] 1972.
- GUALBERTO, G. Há 40 anos Wilson Pinheiro foi assassinado. *Fundação Perseu Abramo*. São Paulo: 2020 Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2020/07/21/ha-40-anos-wilson-pinheiro-foi-assassinado>. Acesso em: 03 nov. 2021.
- MARTINS, E. *Valdiza Alencar, a mulher do Sindicato*. Revista Xapuri socioambiental. 21 abril de 2023. Disponível em: <https://xapuri.info/valdiza-alencar-a-mulher-do-sindicato/> acesso: 14 agosto de 2023.
- MARTINS, J. de S. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução: Renata Santini. 3ª Edição, São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORAIS, M. de J. *“Acreanidade”*: invenção e reinvenção da identidade acreana. Rio Branco: Edufac, 2016.

ROCHA, F. R. L. da. *Inaudíveis e invisíveis*: representações de negros na historiografia acreana. 2011. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2011.

RONALTTI, I. João Eduardo, o líder da baixada. *Blog Fala Baixada*, Rio Branco, 17 de novembro de 2010. Disponível em: <https://falabaixada.blogspot.com/2010/11/joao-eduardo-o-lider-da-baixada.html>. Acesso em: 07 fevereiro de 2020.

SANTANA, V. D. T. Primeira mulher presidenta sindicalista rural na Amazônia. *InformANDES nº 137*. Brasília (DF): Março de 2023. Acesso em 17 agosto de 2023. Disponível em: [https://andes.org.br/img/midias/8fd1bb2aed72518ea23e18eeb7fd6412\\_1680113115.pdf](https://andes.org.br/img/midias/8fd1bb2aed72518ea23e18eeb7fd6412_1680113115.pdf).

SOUZA, J. D. de. *Entre lutas, porongas e letras, a escola vai ao seringal: (re)colocações do Projeto Seringueiro (Xapuri/Acre-1981/1990)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. 259f.

Recebido em 30 de agosto de 2023.

Aprovado em 01 de dezembro de 2023.

